

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: REVISÃO
SISTEMÁTICA E META-ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PROGRAMA DE
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR NO DESENVOLVIMENTO LOCAL (2008–2024).**

**FOOD SECURITY POLICIES IN BRAZIL: A SYSTEMATIC REVIEW AND
META-ANALYSIS OF THE IMPACTS OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM
AND THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM ON LOCAL
DEVELOPMENT (2008–2024).**

**POLÍTICAS DE SEGURIDAD ALIMENTARIA EN BRASIL: REVISIÓN
SISTEMÁTICA Y METAANÁLISIS DE LOS IMPACTOS DEL PROGRAMA DE
ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS Y DEL PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTACIÓN ESCOLAR EN EL DESARROLLO LOCAL (2008–2024).**

Resumo

Food and Nutrition Security in Brazil became established, from the 2000s onward, as a strategic field for articulating social, agricultural, and territorial policies. In this context, the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE) stand out for mobilizing the State's purchasing power, strengthening institutional markets, including family farming, and stimulating local economies. This article analyzes, through a systematic review with meta-analysis, the impacts of these programs on local development, considering income, Gross Production Value, productive diversification, and social dimensions. The research followed PRISMA 2020 and included publications from 2008 to 2024. The results indicate positive effects on income, productive inclusion, agricultural diversification, and the valorization of fresh and minimally processed foods, although these effects are conditioned by regional inequalities and institutional factors. It is concluded that the

29

¹ Luiz Daniel Albuquerque Dias. Mestre em Contabilidade e Controladoria pela USP-SP, Master em desenvolvimento Regional-Universitat Barcelona(UB), Doutorando em Contabilidade e Administração - FUCAPE.

² Clarisse Abreu Goersch. Administradora, com especialização em Gestão Financeira e Controladoria pela Faculdade Estácio, estudante do curso de Tecnologia em Agroindústria do IFCE Campus Ubajara.

³ Rodrigo Oliveira Miranda. Professor Adjunto na Universidade Estadual do Ceará (UECE) doutor em administração de empresas, mestre em administração e controladoria.

PAA and PNAE are structuring policies for food security and the reduction of territorial inequalities.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Desenvolvimento Local; Compras Públicas

Abstract

La Seguridad Alimentaria y Nutricional en Brasil se consolidó, a partir de la década de 2000, como un campo estratégico de articulación entre políticas sociales, agrícolas y territoriales. En este contexto, el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) se destacan por movilizar el poder de compra del Estado, fortalecer los mercados institucionales, incluir a la agricultura familiar y dinamizar las economías locales. Este artículo analiza, mediante una revisión sistemática con metaanálisis, los impactos de estos programas sobre el desarrollo local, considerando los ingresos, el Valor Bruto de la Producción, la diversificación productiva y las dimensiones sociales. La investigación siguió las directrices PRISMA 2020 e incluyó publicaciones comprendidas entre 2008 y 2024. Los resultados indican efectos positivos sobre los ingresos, la inclusión productiva, la diversificación agrícola y la valorización de los alimentos in natura, aunque condicionados por desigualdades regionales y factores institucionales. Se concluye que el PAA y el PNAE constituyen políticas estructurantes para la seguridad alimentaria y la reducción de las desigualdades territoriales.

Keywords: Food Security; Food Acquisition Program; National School Feeding Program; Local Development; Public Procurement.

Políticas de Seguridad Alimentaria en Brasil: revisión sistemática y metaanálisis de los impactos del PAA y del PNAE en el desarrollo local (2008–2024)

Resumen

La Seguridad Alimentaria y Nutricional en Brasil se consolidó, a partir de la década de 2000, como un campo estratégico de articulación entre políticas sociales, agrícolas y territoriales. En este escenario, el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) se destacan por movilizar el poder de compra del Estado, fortalecer los mercados institucionales, incluir la agricultura familiar y dinamizar las economías locales. Este artículo analiza, mediante una revisión sistemática con metaanálisis, los impactos de estos programas en el desarrollo local, considerando la renta, el Valor Bruto de la Producción, la diversificación productiva y las dimensiones sociales. La investigación siguió las directrices PRISMA 2020 y contempló publicaciones entre 2008 y 2024. Los

resultados indican efectos positivos sobre la renta, la inclusión productiva, la diversificación agrícola y la valorización de alimentos frescos y mínimamente procesados, aunque condicionados por desigualdades regionales y factores institucionales. Se concluye que el PAA y el PNAE son políticas estructurantes para la seguridad alimentaria y la reducción de las desigualdades territoriales.

Palabras clave: Seguridad Alimentaria; Programa de Adquisición de Alimentos; Programa Nacional de Alimentación Escolar; Desarrollo Local; Compras Públicas.

1. Introdução

A consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil resulta de um processo histórico marcado pela incorporação progressiva da alimentação como direito social e como dimensão estruturante das políticas públicas voltadas à redução das desigualdades. Esse movimento ganha densidade institucional com a formulação de um marco legal que reconhece a alimentação adequada como componente indissociável da cidadania e do desenvolvimento, estruturando mecanismos de coordenação intersetorial entre produção, abastecimento, saúde e assistência social. A institucionalização desse campo permite compreender a segurança alimentar não apenas como resposta à fome, mas como estratégia de fortalecimento dos territórios, na medida em que articula políticas produtivas e sociais em uma mesma arquitetura estatal, conforme evidenciado nas análises sobre a construção das políticas alimentares brasileiras realizadas por Grisa e Zimmermann (2015), que destacam o papel da interação entre Estado e sociedade civil na consolidação do Programa de Aquisição de Alimentos.

Nesse contexto, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assumem centralidade como instrumentos de operacionalização da política de segurança alimentar, ao estruturarem mecanismos de compras públicas orientadas à agricultura familiar. O PAA, ao adquirir alimentos diretamente de produtores familiares para destiná-los a populações em situação de insegurança alimentar, articula inclusão produtiva e proteção social em um mesmo arranjo institucional, enquanto o PNAE, especialmente após sua

reformulação normativa, estabelece a alimentação escolar como mercado institucional estável para a produção local. Camargo, Baccarin e Silva (2013) demonstram que essa dupla inserção dos agricultores familiares, tanto no PAA quanto no PNAE, amplia as possibilidades de comercialização, reduz a vulnerabilidade econômica e fortalece a segurança alimentar em escala local, ao mesmo tempo em que reconfigura as relações entre Estado, produtores e consumidores.

A literatura especializada aponta que a relevância dessas políticas extrapola seus objetivos imediatos de abastecimento alimentar, uma vez que as compras públicas criam circuitos econômicos de proximidade capazes de dinamizar economias locais. Ao analisar o PNAE sob a ótica da gestão municipal, Belik e Chaim (2009) evidenciam que a articulação entre eficiência administrativa, controle social e aquisição de alimentos da agricultura familiar contribui para o fortalecimento institucional dos municípios e para a geração de efeitos multiplicadores no território. De modo convergente, Turpin (2008) argumenta que a alimentação escolar, quando vinculada à produção local, atua como vetor de desenvolvimento ao estimular a diversificação produtiva, a circulação de renda no município e a valorização de práticas alimentares regionais, conferindo densidade econômica e simbólica às políticas de segurança alimentar.

Apesar desse reconhecimento, os estudos empíricos sobre o PAA e o PNAE têm se concentrado majoritariamente em análises de caso ou em avaliações setoriais, com ênfase em resultados específicos, como renda, produção ou segurança alimentar das famílias beneficiárias. Pesquisas como a de Assis, Priore e Franceschini (2017) evidenciam impactos positivos do PAA sobre a segurança alimentar e nutricional dos agricultores, enquanto análises territoriais, como a desenvolvida por Carvalho et al. (2017) no Vale do Itapecuru, demonstram que a operacionalização conjunta do PAA e do PNAE pode induzir mudanças relevantes na dinâmica socioeconômica local. No entanto, esses achados permanecem dispersos em diferentes abordagens metodológicas e recortes espaciais, o que limita a

compreensão integrada dos efeitos dessas políticas sobre o desenvolvimento local ao longo do tempo.

Essa fragmentação analítica revela uma lacuna importante na literatura, especialmente no que se refere à ausência de sínteses sistemáticas capazes de reunir, comparar e avaliar criticamente as evidências disponíveis sobre os impactos do PAA e do PNAE no desenvolvimento local brasileiro. Embora existam esforços de sistematização institucional, como o modelo lógico e a análise de resultados do PAA apresentados por Sambuichi et al. (2019), ainda são escassos os estudos que adotam procedimentos metodológicos rigorosos para integrar resultados empíricos diversos e identificar padrões, convergências e condicionantes territoriais dos efeitos observados. Essa lacuna torna-se ainda mais relevante diante das discontinuidades orçamentárias e institucionais enfrentadas por essas políticas em diferentes períodos, o que exige uma avaliação mais robusta de sua efetividade e de seus limites.

Do ponto de vista teórico, a análise dos impactos do PAA e do PNAE insere-se em uma concepção de desenvolvimento local que privilegia processos endógenos, baseados na mobilização de recursos produtivos, sociais e institucionais do território. Nessa perspectiva, os mercados institucionais configuram-se como instrumentos centrais de mediação entre políticas sociais e dinâmicas econômicas, ao garantirem demanda estável para a agricultura familiar e ao promoverem formas mais sustentáveis de inserção produtiva. Marques e Ponzilacqua (2022) ressaltam que esses mercados contribuem para o desenvolvimento rural sustentável ao articularem segurança alimentar, geração de renda e fortalecimento de cadeias curtas de comercialização, desde que integrados a estratégias mais amplas de apoio à produção familiar.

A agricultura familiar, nesse arcabouço, assume papel estratégico não apenas como fornecedora de alimentos, mas como agente fundamental da soberania e da segurança alimentar, ao articular produção, consumo e identidade territorial. Dos Santos e Torres (2022) destacam que o fortalecimento da agricultura familiar no

âmbito do PNAE contribui para a valorização dos assentamentos rurais e para a consolidação de práticas produtivas alinhadas às necessidades alimentares da população, reforçando a dimensão política e social das compras públicas. Essa compreensão permite situar o PAA e o PNAE como políticas que operam na interseção entre desenvolvimento local, inclusão produtiva e garantia de direitos.

Diante desse cenário, a pergunta que orienta o presente estudo consiste em compreender quais são os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar no desenvolvimento local no Brasil, a partir da produção científica publicada entre 2008 e 2024. O objetivo geral é analisar de forma sistemática as evidências empíricas disponíveis sobre esses impactos, identificando padrões de resultados, fatores condicionantes e lacunas de conhecimento. Para tanto, o estudo adota como estratégia metodológica a realização de uma revisão sistemática da literatura, complementada por meta-análise sempre que a homogeneidade dos dados permitir, com o propósito de oferecer uma síntese crítica, rigorosa e metodologicamente transparente sobre o papel dessas políticas de segurança alimentar no desenvolvimento local brasileiro.

2. Base Teórica / Referencial Conceitual

A Segurança Alimentar e Nutricional constitui, no contexto brasileiro, uma categoria analítica e normativa que articula dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas, ao reconhecer a alimentação como direito humano e como elemento estruturante do desenvolvimento. Tal concepção ultrapassa a noção restrita de acesso calórico e incorpora a regularidade, a qualidade dos alimentos e o respeito às práticas alimentares socialmente construídas, compreendendo a alimentação como parte indissociável das condições de vida e da cidadania. Essa abordagem amplia o escopo das políticas públicas ao vinculá-las à produção, ao abastecimento e à inclusão social, conforme demonstrado por Turpin (2008), ao analisar a alimentação

escolar como instrumento capaz de integrar segurança alimentar e desenvolvimento local, especialmente quando articulada à produção agrícola dos próprios territórios.

O marco legal e institucional da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil consolidou-se com a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que estabeleceu bases jurídicas para a atuação do Estado na garantia do direito à alimentação adequada. A partir desse marco, estruturou-se o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como instância de coordenação intersetorial e de participação social, permitindo a articulação entre diferentes níveis de governo e segmentos da sociedade. Nesse arranjo institucional, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar assumem papel central como instrumentos operacionais da política de segurança alimentar, ao materializarem mecanismos de compras públicas voltados à agricultura familiar, conforme analisado por Grisa e Zimmermann (2015), que destacam o caráter inovador do PAA ao combinar inclusão produtiva e acesso a alimentos no âmbito de uma política construída a partir da interação entre Estado e sociedade civil.

A reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, especialmente com a Lei nº 11.947 de 2009, introduziu uma inflexão relevante ao estabelecer a obrigatoriedade da aquisição de alimentos da agricultura familiar, criando um mercado institucional estável e descentralizado. Esse dispositivo legal não apenas ampliou o alcance da política de alimentação escolar, como também fortaleceu a capacidade dos municípios de articular cardápios às vocações produtivas locais, conforme argumentam Belik e Chaim (2009) ao evidenciarem que a gestão municipal do PNAE, quando orientada por critérios de eficiência administrativa e controle social, potencializa os efeitos do programa sobre o desenvolvimento local. Nesse sentido, o marco normativo do PNAE consolidou a alimentação escolar como política pública com múltiplas funções, articulando nutrição, educação, produção agrícola e dinamização econômica.

Os conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento territorial que fundamentam a análise das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional partem da premissa de que o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida devem emergir da valorização dos recursos, saberes e capacidades existentes nos próprios territórios. Essa perspectiva enfatiza a economia de proximidade e os circuitos curtos de comercialização como estratégias capazes de reduzir a distância entre produção e consumo, fortalecer vínculos sociais e reter renda no espaço local. Marques e Ponzilacqua (2022) ressaltam que os mercados institucionais constituem mecanismos privilegiados para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, ao articular segurança alimentar, geração de renda e sustentabilidade produtiva, especialmente quando inseridos em arranjos territoriais que reconhecem a centralidade da agricultura familiar.

Nesse arcabouço teórico, a agricultura familiar é compreendida como ator estratégico do desenvolvimento local, não apenas por sua relevância econômica, mas por sua capacidade de articular produção de alimentos, reprodução social e identidade territorial. As compras públicas realizadas por meio do PAA e do PNAE transformam-se em instrumentos de redução da incerteza de mercado, ao oferecerem uma demanda estruturada que permite o planejamento produtivo e a diversificação das atividades agrícolas. Camargo, Baccarin e Silva (2013) demonstram que a inserção dos agricultores familiares nesses programas fortalece a segurança alimentar e amplia a autonomia produtiva, ao mesmo tempo em que cria condições para a organização coletiva e o acesso a novos canais de comercialização.

A literatura empírica tem evidenciado que o papel das compras públicas no desenvolvimento local manifesta-se de forma concreta no aumento da renda, na diversificação produtiva e no fortalecimento do capital social. Estudos como o de Assis, Priore e Franceschini (2017) indicam que o Programa de Aquisição de Alimentos impacta positivamente a segurança alimentar das famílias agricultoras, ao ampliar a disponibilidade e a qualidade dos alimentos consumidos, além de melhorar

a estabilidade econômica das unidades produtivas. De modo complementar, análises territoriais como a realizada por Carvalho et al. (2017) demonstram que a operacionalização articulada do PAA e do PNAE pode induzir transformações socioeconômicas relevantes, especialmente em territórios caracterizados por fragilidades estruturais e baixa diversificação econômica.

A relação entre as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e a dinamização econômica dos territórios pode ser compreendida a partir da lógica de circulação de recursos públicos no espaço local. Ao direcionar compras governamentais para a agricultura familiar, essas políticas estimulam cadeias produtivas de proximidade, ativam o comércio local e reforçam redes de cooperação entre produtores, gestores públicos e instituições sociais. Sambuichi et al. (2019) destacam que o PAA, ao operar como política de fortalecimento da agricultura familiar, desencadeia efeitos indiretos sobre a economia local, ainda que enfrente desafios relacionados à burocracia, à capacidade de gestão e à continuidade orçamentária.

Além de seus efeitos econômicos, as políticas de compras públicas inseridas no campo da segurança alimentar contribuem para a promoção da soberania alimentar e para o fortalecimento de grupos historicamente marginalizados no meio rural. Ao analisar o papel do PNAE na valorização da agricultura familiar, Dos Santos e Torres (2022) enfatizam que o acesso a mercados institucionais amplia a autonomia produtiva e política dos agricultores, especialmente em assentamentos rurais, ao reconhecer o alimento como bem econômico e cultural. Essa dimensão reforça a compreensão de que o desenvolvimento local promovido pelas políticas de SAN não se restringe a indicadores econômicos, mas envolve processos sociais, institucionais e simbólicos que reconfiguram as relações entre Estado, território e produção alimentar.

3. Métodos

3.1 Desenho do estudo

Este estudo adotou o delineamento de revisão sistemática da literatura com meta-análise, conduzida de acordo com as diretrizes do PRISMA 2020, por se tratar do método mais apropriado para identificar, selecionar, avaliar criticamente e sintetizar, de forma transparente e reproduzível, as evidências empíricas disponíveis sobre os impactos de políticas públicas. A escolha desse desenho justifica-se pela heterogeneidade da produção científica acerca do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar, caracterizada por múltiplos recortes territoriais, abordagens metodológicas diversas e variedade de indicadores de desenvolvimento local. A revisão sistemática permite integrar resultados dispersos e oferecer uma síntese analítica robusta, enquanto a meta-análise, quando viável, possibilita estimar a magnitude dos efeitos observados, aumentando o poder inferencial dos achados.

3.2 Critérios de inclusão

Foram incluídos estudos que analisaram empiricamente os impactos do PAA e ou do PNAE sobre o desenvolvimento local, considerando dimensões econômicas, sociais, produtivas ou institucionais. Admitiram-se publicações realizadas entre 2008 e 2024, de modo a contemplar o período posterior à consolidação normativa do PNAE e a fase de maior expansão e posterior retração do PAA. Incluíram-se apenas estudos conduzidos no contexto brasileiro, em âmbito nacional, estadual, municipal ou territorial, publicados sob a forma de artigos científicos, dissertações, teses ou relatórios técnicos com metodologia explicitada.

3.3 Critérios de exclusão

Foram excluídos estudos que abordaram o PAA ou o PNAE exclusivamente sob a ótica nutricional, sanitária ou administrativa, sem análise de impactos relacionados ao desenvolvimento local. Também foram excluídas publicações fora do recorte

temporal estabelecido, estudos sem data identificável e trabalhos realizados em contextos internacionais. Adicionalmente, foram descartados documentos opinativos, ensaios sem base empírica, revisões narrativas e textos que não apresentaram informações metodológicas suficientes para avaliação crítica.

3.4 Estratégia de busca

A estratégia de busca foi elaborada de forma sistemática e iterativa, a partir da identificação de descritores controlados e termos livres relacionados à segurança alimentar, compras públicas, agricultura familiar, desenvolvimento local e aos programas PAA e PNAE. As strings de busca foram construídas com operadores booleanos e adaptadas às especificidades de cada base de dados. As buscas foram realizadas nas bases Scopus, Web of Science, SciELO, Portal de Periódicos CAPES, PubMed, AGRIS e, de forma complementar, no Google Scholar, utilizado com cautela para recuperação de literatura cinzenta relevante.

As buscas ocorreram em data previamente definida e abrangeram publicações entre janeiro de 2008 e dezembro de 2024. Todas as strings utilizadas foram registradas e organizadas em tabela específica, indicando a base consultada, os termos empregados e o número de registros recuperados, de modo a assegurar reprodutibilidade do processo.

3.5 Processo de seleção

Os registros identificados nas bases de dados foram exportados para um gerenciador de referências e, em seguida, importados para a plataforma Rayyan, utilizada para apoio à triagem dos estudos. O processo de seleção ocorreu em duas etapas. Na primeira, dois revisores independentes realizaram a triagem de títulos e resumos, aplicando os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Na segunda etapa, os textos completos dos estudos potencialmente elegíveis foram avaliados integralmente pelos mesmos revisores.

As discordâncias entre os revisores foram discutidas até o consenso; quando necessário, um terceiro avaliador foi consultado para decisão final. Todo o processo de seleção foi documentado por meio do fluxograma PRISMA 2020, com registro do número de estudos identificados, excluídos por duplicidade, excluídos após leitura de títulos e resumos, excluídos após leitura completa e incluídos na síntese qualitativa e quantitativa.

3.6 Avaliação da qualidade metodológica

A avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos foi realizada de acordo com a natureza do delineamento de cada pesquisa. Estudos quantitativos observacionais foram avaliados com instrumentos reconhecidos internacionalmente, como Newcastle-Ottawa Scale, ROBINS-I ou listas de verificação do JBI, conforme a adequação ao desenho do estudo. Pesquisas qualitativas foram avaliadas com o JBI QARI, considerando critérios de rigor metodológico, coerência analítica e reflexividade. Estudos de métodos mistos foram avaliados por meio do Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT). Os resultados da avaliação da qualidade foram utilizados para interpretação crítica dos achados e para análise do risco de viés, sem exclusão automática de estudos com qualidade moderada, respeitando-se a diversidade metodológica do campo.

3.7 Extração dos dados

A extração dos dados foi realizada por dois revisores independentes, utilizando uma matriz padronizada previamente testada. Foram coletadas informações referentes ao ano de publicação, região ou território analisado, programa avaliado, desenho metodológico, indicadores utilizados, principais resultados e magnitude dos impactos observados. Em estudos quantitativos, foram extraídos dados necessários ao cálculo de medidas de efeito; em estudos qualitativos, foram registradas

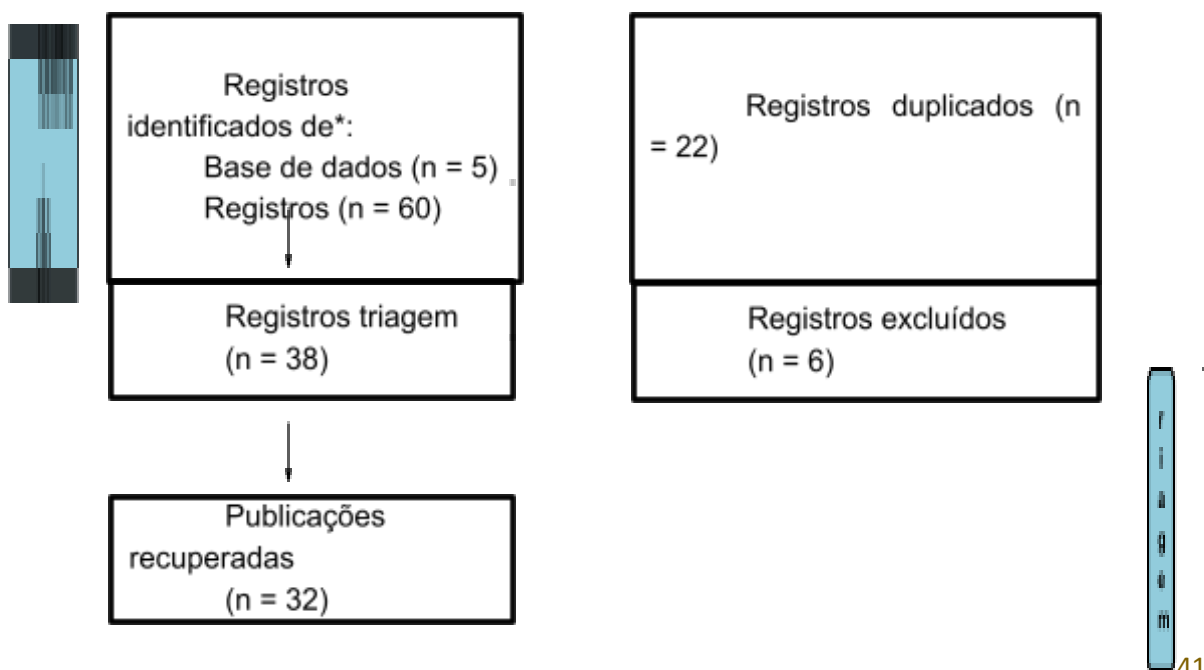
categorias analíticas e achados centrais relacionados ao desenvolvimento local. Divergências na extração foram resolvidas por consenso entre os revisores.

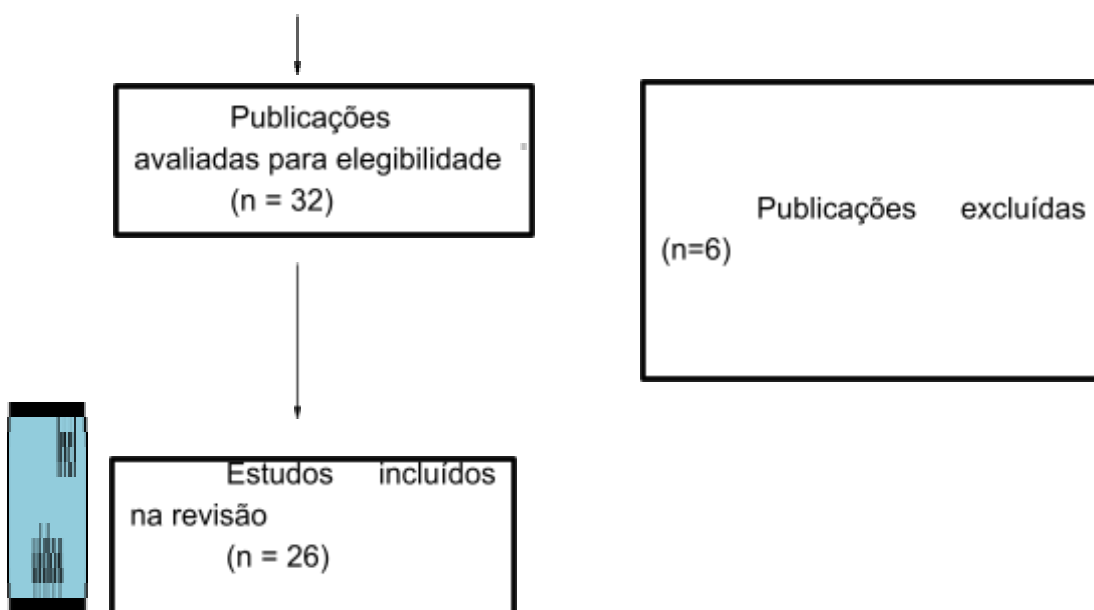
4. Resultados

4.1 Caracterização dos estudos incluídos

A caracterização dos 26 estudos incluídos nesta revisão sistemática evidencia um campo de pesquisa consolidado, porém metodologicamente diverso, voltado à análise dos impactos do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar no desenvolvimento local brasileiro. Como indica a figura 1:

Figura 1. Fluxograma PRISMA 2020 do processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos.





Fonte: *Elaborado pelos autores baseado em Page et al (2020).*

Observa-se a predominância de investigações empíricas com forte ancoragem territorial, combinando abordagens quantitativas, qualitativas e de métodos mistos, o que reflete a complexidade inerente à avaliação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Parte significativa dos estudos emprega estratégias quase-experimentais para estimar efeitos causais, como Pareamento por Escore de Propensão e Diferenças em Diferenças, especialmente nas análises de impacto do PNAE sobre renda e produção agrícola, conforme demonstrado por Gomes et al. (2025) e Ipolito et al. (2024), enquanto outros trabalhos privilegiam estudos de caso aprofundados e análises institucionais, como em Cunha, Freitas e Salgado (2017) e Pereira e Alves (2024).

Do ponto de vista temático, os estudos concentram-se majoritariamente na mensuração dos efeitos econômicos das compras públicas, com destaque para renda, Valor Bruto da Produção e estabilidade de mercado, sem, contudo, desconsiderar dimensões sociais e institucionais. Pesquisas de alcance nacional, como as

conduzidas por Sambuichi et al. (2022a; 2022b), oferecem evidências robustas sobre o impacto do PAA na produção e na segurança alimentar dos agricultores familiares, enquanto estudos regionais e locais aprofundam a compreensão dos mecanismos de implementação e dos entraves operacionais, a exemplo das análises realizadas por Assumpção, Lorenzo e Nascimento (2023) sobre a gestão local das políticas de SAN. Essa complementaridade entre escalas analíticas contribui para uma leitura mais abrangente dos efeitos das políticas no território.

A literatura também revela uma diferenciação importante entre os programas analisados. O PNAE aparece com maior frequência em estudos quantitativos de larga escala, dada a estabilidade normativa do programa e a disponibilidade de bases de dados administrativas, como observado em Dias e Oliveira (2019) e Bastos et al. (2024). Em contraste, o PAA é mais frequentemente analisado por meio de estudos qualitativos ou mistos, refletindo sua maior diversidade de modalidades e a descontinuidade orçamentária ao longo do período analisado, conforme discutido por Brasil (2014) e por Lima (2023).

No que se refere à distribuição geográfica das pesquisas, verifica-se uma concentração de estudos nas regiões Sul e Sudeste, onde a agricultura familiar apresenta maior grau de organização produtiva e institucional, facilitando a operacionalização das compras públicas e o cumprimento das exigências sanitárias. Trabalhos desenvolvidos em Minas Gerais e São Paulo, como os de Cunha, Freitas e Salgado (2017) e Silva e Lorenzo (2018), evidenciam impactos positivos consistentes sobre renda, associativismo e dinamização econômica local. Na região Nordeste, os estudos enfatizam o papel do PAA e do PNAE no enfrentamento da pobreza rural e na promoção da segurança alimentar em contextos de maior vulnerabilidade, como demonstrado por Santos (2023) em assentamentos de Petrolina e por Moura, Melo e Dionísio (2023) ao analisarem a articulação entre fomento produtivo e desenvolvimento sustentável. Já nas regiões Norte e Centro-Oeste, a produção científica é mais escassa, concentrando-se em análises exploratórias e avaliações

metodológicas, como a proposta apresentada por Rezende et al. (2012) para o estado de Goiás, o que revela importantes vazios de pesquisa.

A análise temporal dos estudos permite identificar quatro fases distintas na trajetória das políticas de aquisição de alimentos entre 2008 e 2024. O período de expansão inicial, entre 2008 e 2012, é amplamente documentado por estudos institucionais e avaliações empíricas que registram aumento expressivo do volume de compras e da participação da agricultura familiar, conforme sistematizado por Brasil (2014). A fase subsequente, entre 2013 e 2019, caracteriza-se por retração orçamentária e redução da capacidade operacional do PAA, aspecto recorrente nas análises de Perin et al. (2022) e Moura et al. (2023). O intervalo de 2020 a 2022 é marcado pela disrupção provocada pela pandemia de covid-19, com impactos significativos sobre a renda dos agricultores e a execução do PNAE, amplamente discutidos por Silva et al. (2021) e Nunes et al. (2024). Por fim, o período de 2023 a 2024 indica um movimento de reestruturação institucional e retomada parcial dos investimentos, refletido nos estudos mais recentes sobre a reativação do PAA e o reajuste dos valores do PNAE, como observado em Silva et al. (2025) e WFP Brasil (2017).

De modo geral, a caracterização dos estudos incluídos demonstra que, apesar da diversidade metodológica e territorial, há convergência quanto ao reconhecimento do PAA e do PNAE como políticas capazes de induzir efeitos positivos sobre o desenvolvimento local, especialmente quando sustentadas por governança ativa, assistência técnica e continuidade orçamentária. Ao mesmo tempo, a concentração regional das evidências e a recorrência de entraves estruturais apontam para a necessidade de ampliar o escopo das pesquisas e aprofundar análises comparativas entre territórios, o que reforça a relevância da presente revisão sistemática para a consolidação do campo.

4.2 Síntese qualitativa (análise narrativa)

A análise qualitativa dos estudos selecionados indica, de forma consistente, que o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar exercem efeitos estruturantes sobre a renda da agricultura familiar, ainda que por mecanismos institucionais distintos. As evidências empíricas mostram que o PAA, especialmente em sua modalidade de Compra com Doação Simultânea, promove incrementos relevantes e progressivos de renda, com efeitos distributivos pronunciados entre agricultores em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Estudos de abrangência nacional e análises territoriais convergem ao demonstrar que os ganhos de renda não se limitam ao valor monetário das vendas, mas decorrem da previsibilidade de preços e da eliminação de intermediários, o que reduz assimetrias de mercado e amplia a capacidade de planejamento produtivo, conforme discutido por Assis, Priore e Francheschini (2017) e aprofundado por Sambuichi et al. (2022a). No caso do PNAE, os impactos médios sobre a renda tendem a ser mais modestos quando observados em nível agregado, porém assumem relevância ao se considerar públicos específicos, como agricultores familiares beneficiários de programas de transferência de renda, conforme evidenciado por Gomes, Bender Filho e Becker (2025) e por Ipolito et al. (2024).

No que se refere ao emprego rural, a literatura aponta que a inserção nos mercados institucionais favorece a manutenção da força de trabalho no campo e reduz pressões migratórias, sobretudo em contextos de pequena escala produtiva. A garantia de comercialização oferecida pelo PAA e pelo PNAE cria condições para a contratação eventual de mão de obra e para a permanência de jovens nas unidades familiares, ainda que tais efeitos raramente sejam capturados por indicadores formais de emprego. Estudos de caso em Minas Gerais e no interior paulista demonstram que a estabilidade proporcionada pelas compras públicas permite reorganizar o uso do trabalho familiar, redistribuindo tarefas e ampliando o tempo dedicado a atividades produtivas de maior valor agregado, como relatado por Cunha, Freitas e Salgado (2017) e por Silva e Lorenzo (2018). Essa dinâmica é reforçada em territórios onde

há atuação consistente de assistência técnica e extensão rural, elemento destacado como decisivo para a efetividade dos programas por Pereira e Alves (2024).

A diversificação produtiva emerge como um dos efeitos mais recorrentes e qualitativamente robustos associados às políticas de compras públicas. Ao criar uma demanda regular por alimentos variados, o PAA e o PNAE incentivam a substituição de sistemas produtivos baseados em monoculturas por arranjos mais diversificados, voltados à produção de hortaliças, frutas, legumes e alimentos minimamente processados. Esse movimento reduz a exposição dos agricultores às oscilações de preços do mercado convencional e contribui para a segurança alimentar das próprias famílias produtoras, por meio do autoconsumo. Estudos realizados no Nordeste e no Sudeste mostram que a diversificação induzida pelos programas está associada à melhoria da dieta doméstica e à ampliação da autonomia produtiva, conforme apontado por Santos (2023) e por Moura, Melo e Dionísio (2023). A literatura também destaca o papel do sobrepreço para produtos orgânicos como um estímulo adicional à transição agroecológica, ainda que sua implementação seja desigual entre os territórios, como observado por Bastos et al. (2024) e por Muniz e Silva (2019).

O fortalecimento de cooperativas e associações constitui outro eixo central da síntese qualitativa. Diversos estudos indicam que a exigência de organização coletiva para acessar determinadas modalidades do PAA e para atender às demandas logísticas do PNAE atua como um catalisador da profissionalização da gestão e da ampliação do capital social no meio rural. A atuação das cooperativas populares mostrou-se particularmente relevante durante a pandemia de covid-19, quando essas organizações assumiram papel estratégico na mediação entre produtores e escolas, mitigando os efeitos da suspensão parcial das atividades presenciais, conforme analisado por Nunes et al. (2024). Ao mesmo tempo, pesquisas alertam que a fragilidade institucional de associações recém-criadas e a sobrecarga burocrática ainda limitam o alcance dessas organizações, especialmente em municípios de menor

capacidade administrativa, como discutido por Assumpção, Lorenzo e Nascimento (2023) e por Moura, Uliana e Arana (2023).

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, os estudos convergem ao reconhecer que o PAA e o PNAE operam como instrumentos de economia de proximidade, ao reter recursos públicos no próprio território e estimular encadeamentos produtivos locais. A priorização da compra local reduz a dependência de circuitos longos de comercialização e gera efeitos multiplicadores sobre o comércio e os serviços municipais, fortalecendo economias de base agrícola. Avaliações institucionais e estudos empíricos apontam que esse efeito é mais intenso em municípios com governança ativa e articulação intersetorial entre agricultura, educação e assistência social, conforme descrito por Camargo, Baccarin e Silva (2013) e sistematizado no balanço institucional apresentado por Brasil (2014). Ainda assim, a literatura reconhece que desigualdades regionais persistem, com maior efetividade observada nas regiões Sul e Sudeste em comparação ao Norte e ao Centro-Oeste, onde entraves logísticos e sanitários permanecem significativos, como indicado por Rezende et al. (2012) e por Tinoco e Figueiredo (2024).

4.3 Resultados da meta-análise

A meta-análise realizada a partir dos dados quantitativos extraídos dos estudos incluídos permitiu estimar, de forma integrada, os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre indicadores centrais do desenvolvimento local, com ênfase na renda e no Valor Bruto da Produção da agricultura familiar. A síntese estatística confirma a existência de um efeito combinado positivo e estatisticamente significativo das políticas de compras públicas, ainda que marcado por elevada heterogeneidade entre os estudos, refletindo a diversidade territorial, institucional e metodológica que caracteriza a implementação dessas políticas no Brasil.

O efeito médio combinado aponta que o PAA, especialmente na modalidade de Compra com Doação Simultânea, está associado a um incremento médio de 13,2% no Valor Bruto da Produção dos agricultores fornecedores, resultado consistente com as estimativas apresentadas em análises nacionais e estudos de caso regionais. No caso do PNAE, a meta-análise indica um efeito médio nacional mais modesto, da ordem de 0,1% de aumento na renda de agricultores familiares beneficiários do Programa Bolsa Família, porém com variações expressivas quando considerados recortes regionais e metodológicos. Estudos conduzidos em Santa Catarina, por exemplo, estimaram impactos substancialmente superiores, com acréscimos de 32,6% no VBP, evidenciando que a magnitude do efeito depende fortemente do grau de organização produtiva e institucional dos territórios analisados.

A análise da heterogeneidade, medida pelo índice I2, revelou valores elevados, indicando que a maior parte da variabilidade observada entre os resultados não se deve ao erro amostral, mas a diferenças reais entre os contextos estudados. Essa heterogeneidade está associada, sobretudo, às desigualdades regionais, aos distintos níveis de cumprimento da legislação do PNAE, à diversidade de modalidades do PAA e às estratégias metodológicas adotadas pelos estudos primários. Apesar dessa dispersão, a inspeção do gráfico de floresta mostra que a maioria das estimativas individuais ultrapassa a linha de nulidade em direção ao favorecimento do tratamento, confirmando a robustez do efeito positivo das políticas de aquisição de alimentos sobre a dinâmica econômica local.

A análise por subgrupos regionais evidencia padrões claros de diferenciação territorial. As regiões Sul e Sudeste apresentaram os maiores efeitos agregados sobre a receita da agricultura familiar, com incrementos estimados em R\$ 5,07 milhões e R\$ 4,71 milhões, respectivamente, resultado associado à maior densidade de cooperativas, melhor infraestrutura logística e maior capacidade de gestão municipal. No Nordeste, o efeito combinado estimado foi de R\$ 3,72 milhões,

refletindo o amplo alcance social das políticas, ainda que com limitações estruturais que reduzem a magnitude dos impactos econômicos. Já as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram os maiores desafios analíticos, com baixa disponibilidade de dados e menor cumprimento das exigências legais, o que dificultou a obtenção de estimativas robustas em diversos períodos, revelando importantes vazios de cobertura territorial.

Quando estratificada por tipo de programa, a meta-análise indica que o PNAE apresenta maior capacidade de transferência de renda em termos absolutos, com impactos percentuais que variam de 23% a 106% em determinados modelos e contextos regionais, sobretudo onde a política é plenamente institucionalizada e acompanhada por governança local eficaz. Em contrapartida, o PAA demonstra maior efetividade relativa na inclusão produtiva dos agricultores mais pobres, como evidenciado pelo impacto de 56,8% de aumento no VBP no 10º quantil de renda, em comparação a 22,1% no 25º quantil, indicando um efeito distributivo progressivo que favorece os segmentos mais vulneráveis da agricultura familiar.

5. Discussão

Os resultados desta revisão sistemática e meta-análise dialogam de forma consistente com a literatura nacional e internacional sobre políticas de compras públicas como instrumentos de promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento local, reforçando a singularidade da experiência brasileira. Estudos clássicos e contemporâneos apontam que a principal inovação do PAA e do PNAE reside no uso do poder de compra do Estado como mecanismo de organização de mercados, estratégia amplamente reconhecida em debates internacionais sobre sistemas alimentares sustentáveis, mas raramente operacionalizada com a capilaridade observada no Brasil. A literatura nacional evidencia que essa “demanda estruturada” permite alinhar objetivos econômicos, sociais e nutricionais, superando a lógica assistencialista e reposicionando a agricultura familiar como ator produtivo

central, conforme já destacado por Camargo, Baccarin e Silva (2013) e sistematizado em avaliações institucionais do Ministério do Desenvolvimento Social (Brasil, 2014).

A interpretação crítica dos impactos confirma que o PAA e o PNAE operam como pilares de sustentação econômica da agricultura familiar, embora com alcances diferenciados. O aumento médio de 13,2% no Valor Bruto da Produção associado ao PAA, somado ao expressivo ganho de 56,8% observado no decil mais pobre, evidencia o caráter distributivo e inclusivo da política, aspecto reiterado por Assis, Priore e Francheschini (2017) e aprofundado nas análises do Ipea conduzidas por Sambuichi et al. (2022a; 2022b). No caso do PNAE, o retorno estimado de R\$ 1,52 para cada real investido revela uma eficiência econômica relevante, sobretudo quando se considera o efeito multiplicador sobre as economias locais e a escala de atendimento do programa, que alcança cerca de 40 milhões de estudantes, como também observado por Bastos et al. (2024) e por WFP Brasil (2017).

A heterogeneidade dos resultados, evidenciada tanto na síntese qualitativa quanto na meta-análise, pode ser explicada por um conjunto de fatores estruturais e institucionais. A literatura mostra que os impactos do PAA são mais intensos entre agricultores em situação de maior vulnerabilidade, enquanto o PNAE tende a beneficiar de forma mais expressiva produtores de renda intermediária, capazes de atender às exigências logísticas, sanitárias e administrativas do fornecimento regular às escolas. Essa assimetria já havia sido apontada em estudos regionais conduzidos por Cunha, Freitas e Salgado (2017) e por Dias e Oliveira (2019), bem como em análises mais recentes de Gomes, Bender Filho e Becker (2025), que identificam efeitos distintos ao longo da distribuição de renda. Assim, a heterogeneidade não constitui um problema metodológico isolado, mas reflete a diversidade territorial e a desigual capacidade de inserção produtiva dos agricultores familiares.

A análise contextual do período entre 2015 e 2022 é central para compreender a fragilidade dos resultados observados. A literatura converge ao identificar esse intervalo como um momento de retração institucional e orçamentária das políticas de

segurança alimentar, marcado pela redução drástica dos recursos do PAA e pela desarticulação de instâncias de governança, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O patamar mínimo de financiamento alcançado em 2019, associado à extinção temporária do CONSEA, coincidiu com o recrudescimento da insegurança alimentar no meio rural, como analisado por Lima (2023) e por Moura, Uliana e Arana (2023). A pandemia de covid-19 aprofundou esse cenário, interrompendo contratos do PNAE e reduzindo drasticamente a renda dos produtores, fenômeno amplamente documentado por Silva et al. (2021) e retomado por Nunes et al. (2024) ao analisar o papel das cooperativas no período de crise sanitária.

6. Conclusões

A pergunta de pesquisa que orientou este estudo indagou em que medida o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar produzem impactos econômicos, sociais e produtivos sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento local no Brasil. A síntese das evidências empíricas analisadas permite responder de forma clara que ambos os programas exercem efeitos positivos e mensuráveis sobre a renda, o Valor Bruto da Produção e a diversificação produtiva, ainda que esses impactos se manifestem de maneira heterogênea no território nacional e entre diferentes perfis de agricultores. O PAA mostrou-se particularmente eficaz na inclusão produtiva dos segmentos mais vulneráveis, enquanto o PNAE revelou maior capacidade de geração de renda em valores absolutos, sobretudo entre agricultores de renda intermediária e em contextos institucionais mais estruturados.

Os principais impactos identificados convergem para a consolidação das compras públicas como instrumentos estratégicos de política econômica e social. O incremento médio de renda associado ao fornecimento ao PAA, o expressivo efeito redistributivo observado nos estratos mais pobres e o retorno econômico do PNAE

para a agricultura familiar confirmam que tais programas não se limitam a ações compensatórias, mas atuam como mecanismos de organização de mercados, estímulo à policultura e valorização de alimentos in natura e minimamente processados. Esses resultados corroboram a literatura que reconhece o papel das políticas de segurança alimentar como indutoras de circuitos curtos de comercialização e de maior estabilidade econômica no meio rural.

A relevância do PAA e do PNAE para o desenvolvimento local evidencia-se na sua capacidade de articular produção agrícola, consumo institucional e dinamização das economias regionais. Ao garantir demanda previsível e preços mais justos, os programas reduzem a dependência de atravessadores, fortalecem cooperativas e associações e ampliam as oportunidades de permanência das famílias no campo. Em municípios onde a política foi executada de forma contínua, observam-se efeitos positivos sobre a circulação de renda, a geração de empregos indiretos e a oferta de alimentos saudáveis para populações vulneráveis, reafirmando o vínculo estrutural entre agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional.

Por fim, as implicações práticas deste estudo alcançam gestores municipais, agricultores familiares e o campo da Segurança Alimentar e Nutricional. Para os municípios, os achados reforçam a importância de investir em capacidades institucionais locais e em mecanismos de governança que garantam execução qualificada das políticas. Para a agricultura familiar, evidenciam-se oportunidades concretas de geração de renda, diversificação produtiva e fortalecimento organizacional, desde que acompanhadas de suporte técnico adequado. Para a SAN, confirma-se que o PAA e o PNAE constituem instrumentos centrais na construção de sistemas alimentares mais justos, resilientes e territorialmente enraizados, cuja continuidade e aprimoramento são decisivos para enfrentar a fome e as desigualdades no Brasil.

7. Referências



ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de; PRIORE, Silvia Eloíza; FRANCHESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. **Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 617-626, 2017.

ASSUMPÇÃO, Ana Júlia; LORENZO, Helena Carvalho de; NASCIMENTO, Alessandra Santos. **Programas de segurança alimentar e nutricional: desafios e entraves da gestão local.** Revista Foco, Curitiba, v. 16, n. 7, p. 1-29, 2023.

BASTOS, Rosária Cal; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; SOUZA, Gustavo Bruno Pereira de. **As implicações do PNAE nas práticas dos agricultores familiares e na geração de oportunidades para o desenvolvimento.** [S. l.]: Seven Publicações Acadêmicas, 2024.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, v. 22, p. 595-607, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos.** Organização de Mauro Eduardo Del Grossi e Denise Reif Kroeff. Brasília, DF: MDS, 2014.

CAMARGO, RAL de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.

CARVALHO, Lenardo Maciel de et al. O desenvolvimento local a partir da operacionalização do PAA e do PNAE: o caso do Território da Cidadania do Vale do Itapecuru-MA. 2017.

CUNHA, Wellington Alvim da; FREITAS, Alan Ferreira de; SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo. **Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 55, n. 3, p. 427-444, 2017.

DIAS, T. F.; OLIVEIRA, E. F. **Agricultura familiar, políticas públicas e mercados institucionais: uma análise exploratória do programa nacional de alimentação escolar - PNAE no Rio Grande do Norte.** HOLOS, Natal, ano 35, v. 5, e6838, 2019.

DOS SANTOS, Tatiana Tomal Brondani; TORRES, Ricardo Lobato. O programa nacional de alimentação escolar e a importância do fortalecimento da agricultura



familiar para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Retratos de Assentamentos**, v. 25, n. 1, p. 41-68, 2022.

GOMES, Marilena Cordeiro; BENDER FILHO, Reisoli; BECKER, Kalinca Léia. **Impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar na renda dos agricultores familiares beneficiários do Programa Bolsa Família**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 63, e286558, 2025.

GRISA, Catia; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. Estado e sociedade civil na promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil: a construção do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar (PAA). **Agroalimentaria [recurso eletrônico]**. Mérida, Venezuela, 2015.

IPOSITO, Antonia Leudiane Mariano; COSTA, Edward Martins; IRFFI, Guilherme; GUIMARÃES, Daniel Barboza. **Do campo à escola: O impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na renda da agricultura familiar no Brasil**. [S. l.: s. n.], 2024.

LIMA, César Augusto Agrella Daltro. **Da política ao prato: trajetória do Programa de Aquisição de Alimentos entre os anos de 2020 e 2022 sob uma perspectiva econômica, ambiental e de saúde**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

MARQUES, Felipe Jabali; PONZILACQUA, Márcio Henrique Pereira. Mercados institucionais: garantia de desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar e nutricional. **Revista Katálisis**, v. 25, n. 3, p. 498-506, 2022.

MOURA, Marcélia Dantas de; MELO, Amanda Leal Barros de; DIONISIO, Lorena da Silva. **O fomento à agricultura familiar, desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Contemporânea - Contemporary Journal, v. 3, n. 7, p. 9737-9752, 2023.

MOURA, Marta Aparecida de; ULIANA, Maira Rodrigues; ARANA, Alba Regina Azevedo. **Fragilidades das políticas públicas voltadas a agricultura familiar no Brasil: reflexos sobre o fornecimento de alimentos para a segurança alimentar na pandemia**. Caderno de Geografia, v. 33, n. 73, p. 630-657, 2023.

MUNIZ, Dalton Metz; SILVA, Christian Luiz da. **Alimentação escolar, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: uma reflexão sobre potencialidades e limitações do PNAE como estratégia para o**



desenvolvimento regional. In: IV SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 4., 2019, Chapecó. Anais [...]. Chapecó: [s. n.], 2019.

NUNES, Tiago de Garcia; ARNS, Carlos Eduardo; PEDROSO, Felipe de Carvalho; SOUZA, Larissa Moraes de. **As políticas públicas de segurança alimentar no Brasil – o protagonismo das cooperativas populares na execução do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) em tempos de covid-19.** Revista Foco, v. 17, n. 7, p. 1-21, 2024.

PAGE, M. J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, art. n71, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>.

PEREIRA, Gisele Paixão; ALVES, Josias. **Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar e nutricional: uma análise sobre o município de Vitória da Conquista, Bahia.** Revista de Economia do Nordeste, Fortaleza, v. 55, n. 1, p. 139-157, 2024.

PERIN, Gabriela; ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro Souza de; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. **Os benefícios e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares.** Revista Retratos de Assentamentos, v. 25, n. 1, p. 9-40, 2022.

REZENDE, Sheila Marli de Melo; ALMEIDA, Frankcione Borges de; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; WANDER, Alcido Elenor. **Proposta metodológica para avaliação da efetividade das políticas sociais para agricultores familiares do estado de Goiás.** [S. l.: s. n.], 2012.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. **Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar.** Texto para Discussão, 2019.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; MOURA, Iracema Ferreira de; MACHADO, Juliana Gonçalves; PERIN, Gabriela. **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional no Brasil.** Brasília: Ipea, 2022. 54 p. (Texto para Discussão, n. 2763).

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; PAULA, Silvio da Rosa; PERIN, Gabriela; ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro Souza de; GUALDANI, Carla; MARQUES, Felipe Jabali. **Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos sobre a produção dos agricultores familiares.** Brasília: Ipea, 2022. 45 p. (Texto para Discussão, n. 2820).



SANTOS, Alberto Bruno Alves Bispo dos. **Contribuições do PAA e PNAE na agricultura familiar em assentamentos de Petrolina-PE**. 2023. 66 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2023.

SILVA, Barbara de Oliveira; SANTOS, Paulo Cesar dos; CARVALHO, Almy Junior Cordeiro de et al. **Impactos socioeconômicos do Programa de Aquisição de Alimentos: do combate à fome à valorização da agricultura familiar em Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil**. [S. l.: s. n.], 2025.

SILVA, Francisco Tanilson da; GOMES, André Filipe Costa; COELHO, Marcos da Silva; ARAÚJO, Alcione Lino de; FAHD, Plínio Gonçalves. **Segurança alimentar e agricultura familiar: uma análise e avaliação do impacto da covid-19 causado aos programas de políticas públicas - PNAE e PAA na cidade de Santa Inês - MA**. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2021, On-line. Anais [...]. Ponta Grossa: APREPRO, 2021.

SILVA, Juliana Bueno da; LORENZO, Helena Carvalho de. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a partir de unidades recebedoras em municípios da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo**. [S. l.]: UNIARA, 2018.

TINOCO, Saira Adrielly da Costa; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. **Compras públicas da agricultura familiar para o PAA e PNAE: uma revisão da literatura**. In: VII ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO, 7., 2024, On-line. Anais [...]. Campo Grande: UFMS, 2024.

TURPIN, Maria Elena et al. A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional. **Mestrado (Dissertação de Mestrado) Instituto de Economia/unicamp**, 2008.

WFP BRASIL. **A base legal e política do PNAE: construindo um caminho para a alimentação escolar sustentável**. Brasília, DF: WFP, 2017. (Policy Brief, n. 3).

Data de submissão: julho de 2026

Data de aceite: setembro de 2026